



TRABALHO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DOS LAVADORES E GUARDADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Michele Vieira Gonçalves¹
Patrícia Pinto de Paula²

RESUMO: A presente pesquisa buscou compreender o cotidiano de trabalhadores, especificamente os Lavadores e Guardadores de veículos automotores que atuam na cidade de Belo Horizonte, a partir da Psicodinâmica do Trabalho. As mudanças ocorridas no universo do trabalho, propiciadas por fatores como a globalização, tem apontado para um aumento crescente do desemprego na Pós modernidade; esse fato tem proporcionado o surgimento de formas de trabalho, que extrapolam o contexto de normatização em voga, bem como a precarização do trabalho, a desproteção das leis sociais e trabalhistas. O contexto que se apresenta na Pós Modernidade, traz à tona, discussões sobre a centralidade do trabalho na constituição da identidade do sujeito. Outro ponto importante discutido na pesquisa é sobre a atuação da Psicologia no campo do trabalho, que historicamente focou seus estudos no trabalho conhecido como formal, assalariado, porém as configurações contemporâneas da economia demonstram a necessidade de ampliação no estudo desse fenômeno. Nesse sentido, justificam-se a importância e a necessidade de estudos que abordem essa temática. Na pesquisa utilizou-se metodologia qualitativa, sendo realizada entrevista semiestruturada com três trabalhadores, e aplicação de um questionário que foi enviado via correio eletrônico. O contato com os trabalhadores, foi mediado pelo coordenador do Programa Lavadores e Guardadores de Carros, e também por aproximação espontânea do pesquisador. As entrevistas foram gravadas em material de áudio, e seu conteúdo foi transcrito e submetido a discussão dos resultados, com os devidos cuidados éticos, quanto à confidencialidade e sigilo. Os resultados apontam a busca dos trabalhadores pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido, através das estratégias de defesa e mobilização subjetiva dos trabalhadores.

PALAVRAS CHAVE: Psicodinâmica do Trabalho. Trabalho e Identidade. Trabalho informal.

ABSTRACT: This research was developed in order to understand the routine of self-employed workers, specifically the automotive vehicles washers and keepers operating in the city of Belo Horizonte, based on Work Psychodynamics. The changes in the world of work, propelled by factors such as globalization, have pointed to an ongoing increase of unemployment in the post modernity; this fact has enabled the emergence of forms of work that go beyond the context of standardization in evidence, as well as the precariousness of work, the lack of protection of social and labor laws. The context shown in the Post Modernity brings up discussions regarding the centrality of work in the constitution of the identity of the subject. Another relevant idea discussed in the research is about the Psychology performance in the field of work, which has historically focused its studies on work known as formal, stipendiary; however, the contemporary settings of the economy demonstrate the need to expand the study of this phenomenon. This justifies the importance and the need for studies that address such thematic. The research was developed with the use of qualitative methodology, being conducted semi structured interviews with three workers, and application of a questionnaire sent by electronic mail. The contact with the workers was mediated through the coordinator of the Car Washers and Keepers Program, and also by spontaneous approach of the researcher. The interviews were recorded into audio files and its content was transcribed and submitted to the results discussion, observing the appropriate ethical care, regarding the confidentiality and secrecy. The results point out the search of workers for the recognition of the work developed, through their defense strategies and subjective mobilization. Another feature highlighted in the study are the stigmas associated with the informal job, which over the course of the research has proved to be more linked to the absence of the State intervention and economic order, than the work developed by the group.

KEYWORDS: Work Psychodynamics. Work and Identity. Informal Work.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem o objetivo de discutir acerca da relação entre trabalho e construções identitárias, buscando compreender o cotidiano do trabalho dos lavadores e guardadores de

¹ Graduada em Psicologia pela PUC Minas. michele.giancotti@gmail.com

² Doutora em Psicologia pela USP. Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. patriciapintodepaula@gmail.com.br

veículos automotores, as relações vivenciadas no exercício de suas funções e os fatores que podem atuar como relevantes em sua formação identitária.

Utilizou-se como base teórica a Psicodinâmica do trabalho, bem como outros autores que contribuíram com suas perspectivas sobre os vários fatores que perpassam o universo do trabalho.

Nesse sentido, o estudo sobre a constituição da identidade dentro de uma perspectiva de trabalho não regulado pelo Estado, se faz pertinente, pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 29 de abril de 2016, o panorama atual do mercado de trabalho, indica que o contingente de pessoas desocupadas, bem como o índice de pessoas que trabalham por conta própria tem aumentado significativamente.

Este cenário tem propiciado a emergência de novas formas de trabalho, dentre elas o trabalho informal. O desenvolvimento dessas atividades de trabalho implica em desigualdades e injustiças, mas também, ilustram arranjos construídos pelas pessoas para sobreviverem, gerando trabalho e renda em contextos de precarização (SATO, 2011).

Dessa maneira, buscamos ao final desse trabalho, conseguir apresentar de forma clara, sem um esgotamento do tema, um assunto que é de grande relevância para a sociedade, pois sistematiza as relações vivenciadas no âmbito do trabalho, e as dificuldades concretas geradas pelo confronto entre as esferas objetivas do trabalho, a singularidade do trabalhador e sua influência na constituição da identidade.

2 PERSPECTIVAS PARA A COMPREENSÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Ao longo da história, o trabalho ganha conotações que contemplam desde os significados mais negativos, como o castigo, sofrimento, falta de liberdade, até significados mais positivos que veem o trabalho como um espaço de aplicação das capacidades humanas (WOLECK, 2002). Essas transformações no que se refere ao significado do trabalho, modificam a relação do sujeito com o mesmo, o que nos faz indagar sobre a sua importância, na constituição identitária (BARROS, 2007).

O termo trabalho tem em sua raiz, dois significados, um que se refere a sofrimento e outro que se refere à criação. Essa polissemia de sentidos do trabalho, segundo Woleck (2002, p. 3), continua central na concepção moderna.

O trabalho é identificado como criação, quando a atividade do homem lhe propicia extrapolar o sentido de sobrevivência, permitindo assim que o trabalho seja fonte de realização, de prazer e de liberdade de consumo de sua própria obra (BENDASSOLLI, 2009).

A perspectiva de prazer associada ao consumo de sua própria obra, apresentada por Bendassolli (2009), levanta indagações sobre a possibilidade de sentidos como prazer e autorrealização, serem associados ao trabalho em contextos de crescente precarização das relações e controle das ações, cenário este, presente na sociedade contemporânea.

O trabalho é entendido como condição central para a definição do ser humano. Dentro dessa perspectiva, Marx, citado por Costa e Soares (1988) distingue o processo de trabalho de produção de mais valia:

O processo de trabalho consiste na produção de valor de uso. É trabalho concreto, útil e qualitativo. Este expressa o metabolismo entre o homem e a natureza com finalidade de uso, somente tem valor pelo uso. Já o processo de trabalho com vistas a produção de mais valia, consiste em trabalho abstrato, onde prevalecem os valores de troca, ou seja, quando o homem troca seu trabalho por algo, ele torna-se mercadoria de troca (MARX apud COSTA; SOARES, 1988, p. 18).

A transição do trabalho concreto ao trabalho abstrato traduz-se em estranheza e distanciamento do trabalhador, esse seria o conceito de alienação de Marx, que pode se apresentar quando as execuções das tarefas não proporcionam ao trabalhador prazer, realização e sentido, dada as relações de poder e subordinação (COSTA; SOARES, 2011).

O fenômeno da globalização proporcionou mudanças significativas nas configurações contemporâneas no âmbito do trabalho, que contribuíram para uma redefinição entre capital e trabalho (DEJOURS, 2004).

Inovações tecnológicas, enfraquecimento da atividade econômica, mudanças na organização do trabalho e na classe trabalhadora, entrada crescente de mulheres no mercado de trabalho são transformações que se apresentam no mundo do trabalho a partir do processo de globalização (DEJOURS, p. 25, 2004).

Os processos citados acima, bem como a privatização e fusão de diversas empresas, são de grande relevância a diminuição do emprego industrial, o aumento do índice de emprego terciário e não regulamentado e o aumento do índice de desemprego na contemporaneidade.

Outro aspecto importante são as mudanças nos contratos de trabalho, que propiciaram o surgimento de relações trabalhistas mais instáveis que levam à perda de direitos trabalhistas. Nesse escopo, podemos citar o trabalho informal, trabalho autônomo, terceirizações de servi-

ços e postos de trabalho temporários (DEJOURS, 2004). A perda aqui citada não se restringe somente àqueles que se encontram fora do âmbito considerado formal de trabalho, mas há também perda nas condições de trabalho daqueles que possuem vínculo empregatício.

Os assalariados terminam por ceder à precarização das condições de trabalho, às perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como dos mecanismos de proteção e de fiscalização em relação à saúde, expondo-se mais aos riscos de adoecimentos e de acidentes. A perda do poder de barganha de quem procura emprego e a precarização econômica levam os trabalhadores à escolha simples entre um mau trabalho ou trabalho nenhum. (DEJOURS, 2004, p. 26-27).

Ainda segundo Dejours (2004), esse panorama propicia o agravamento no quadro de doenças e de riscos de acidentes, o que leva a um número grande de afastamentos do trabalho, absenteísmos e aposentadorias precoces, causando impactos negativos nas contas da previdência.

Outro aspecto importante no que se refere ao trabalho na contemporaneidade, é a cobrança massificadora de um perfil de polivalência dos trabalhadores demandando do profissional a realização de múltiplas tarefas. No entanto, Dejours (2004) aponta a dificuldade de acompanhar os avanços tecnológicos e organizacionais, fato esse que contribui para um processo de desqualificação permanente do trabalhador, de seu saber fazer.

A questão que se apresenta na contemporaneidade é que os avanços da ciência e tecnologia que afloram com o fenômeno da globalização e do capitalismo, não garantiram melhorias efetivas, e sim acentuaram as desigualdades e injustiças sociais, ascendendo formas de sofrimento mais sutis e complexas. (DEJOURS, 2004, p. 31).

A partir da apresentação desse panorama geral do trabalho na contemporaneidade, discutiremos de forma mais sistemática sobre a precarização do trabalho.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Para Druck, Franco e Silva (2010) a precarização é produzida pela lógica do trabalho que visa a acumulação de capital e lucro. Essa lógica não representa um meio de desenvolver a dignidade, a solidariedade e as potencialidades do ser humano, levando à perda social do trabalho. Para os autores citados acima, ocorreram avanços ao longo da história, que resultaram em direitos sociais marcantes, mas as situações atuais de expansão do desemprego e fragilização do trabalho, demonstram retrocessos sociais em relação à conquista desses direitos.

A precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões. Dissemina-se uma era de precarização social e de trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos, configurando o trabalho patogênico. (DRUCK; FRANCO; SILVA, 2010, p. 230).

A questão social vem ganhando evidência no contexto atual, surgindo “novas abordagens sobre precarização socioeconômica, transitando da noção de exclusão, como desemprego, para abranger, contemporaneamente, as diversas situações de precarização dos incluídos” (DRUCK; FRANCO; SILVA, 2010, p. 230). As questões apontadas indicam que estar incluído em um contexto de trabalho (estar empregado), não garante que esse contexto oferecerá a esse trabalhador condições favoráveis de desenvolvimento profissional e pessoal.

A precarização se expressa nas formas de organização do trabalho, pautadas em processos de dominação, utilizando-se da gestão pelo medo e da imposição sutil de autoaceleração, métodos esses que possibilitam o aumento e o controle da produção. A aceleração do ritmo de trabalho, imposta pela organização do mesmo, se revela incompatível com o biorritmo do sujeito, levando muitas vezes ao adoecimento do trabalhador. A situação de adoecimento está intrinsecamente relacionada não somente aos ritmos impostos pela organização do trabalho, mas também à falta de investimento em políticas preventivas e de responsabilidade em relação a acidentes e adoecimentos. Essa postura revela uma negação do valor da proteção à saúde e à vida.

Neste cenário, instalam-se “fenômenos como a insegurança, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, e o sequestro do tempo e da subjetividade” (DRUCK; FRANCO; SILVA, 2010 p. 231).

Referindo-se à sujeição e à insegurança, Druck e outros (2010) afirmam que o fenômeno do presenteísmo se verifica nestes contextos, levando os trabalhadores mesmo doentes a não revelarem seus sintomas no trabalho nem procurarem benefícios pelo medo de perder o emprego.

No trabalho precarizado, em contextos onde predominam trabalhadores pobres e de pouca escolaridade, estas duas condições – pobreza e pouca instrução – estabelecem uma vulnerabilidade maior ao adoecimento, tanto do ponto de vista orgânico (pela deficiência nutricional, por exemplo), quanto pela falta de acesso ao conhecimento e/ou a instâncias que ofereçam suporte social. (DRUCK; FRANCO; SILVA, 2010, p. 241).

Entre as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, outro fato discutido por Druck e outros (2010) é a fragilização do reconhecimento, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individual e coletiva.

Em uma sociedade em que o trabalho ainda ocupa um espaço/tempo central na vida social e individual, sua precarização dificulta o processo de identificação e construção de si, tornando mais complexa a alienação/estranhamento do trabalho. Consolidada-se no imaginário social a noção de descartabilidade das pessoas, de naturalidade da insegurança e da competição de todos contra todos, ancorada na fragilização dos vínculos, nas rupturas de trajetórias profissionais, na perda da perspectiva de carreira. (ANTUNES apud DRUCK; FRANCO; SILVA, 2010, p. 243).

Diante do que foi exposto, é imprescindível pensarmos a categoria de trabalho aqui pesquisada, como uma categoria que não somente está excluída do mercado formal e destituída de seus direitos trabalhistas, como também exposta à fragilização do seu reconhecimento como trabalho, que pode representar uma fonte de sobrevivência, mas também extrapolar esse sentido material, apresentando-se como fonte de realização e prazer.

3.1 O uso dos termos formal e informal na categorização do trabalho

Woleck (2002) considera que o emprego é um fenômeno da modernidade, que emerge sobre um conjunto de condições, e começam a desaparecer sob outras condições, como a precarização do trabalho, e a eliminação dos postos de trabalho nas indústrias e serviços. Esse cenário propicia o reaparecimento de antigas formas de trabalho, que escapam às relações formalmente reconhecidas e reguladas pelo Estado, que são hoje, denominadas como trabalho informal.

“Os termos formal e informal são comumente utilizados para categorizar o mercado, a economia, as organizações, além do próprio trabalho” (SATO, 2011, p.236). Segundo Estevão e Ferreira citados por Sato (2011), a categorização de trabalhos como formais ou informais foi introduzida no campo do trabalho para designar diferentes formas de rendimento. O termo vem agregando, ao longo do tempo, distintas interpretações e objetos de estudo. No que se refere a objetos de estudo, Figueira e outros (2004) destacam:

As microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas e etc (FIGUEIRA; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 212).

Além de uma gama variada de objetos de estudos, constatam-se distintas interpretações sobre a informalidade, dentre elas, três conceitos de informalidade são apresentados, que surgem a partir de dois critérios que distinguem o espaço econômico social das atividades econômicas informais.

O primeiro conceito refere-se ao crescimento populacional, provocado pela migração para os centros urbanos, sendo inversamente proporcional à capacidade de absorção dos seguimentos modernos. A informalidade associada ao setor mais pobre da população, apresenta uma perspectiva de redução à medida em que há crescimento econômico (FIGUEIRA; DRUCK; AMARAL, 2004).

O segundo conceito emerge em um contexto de crise do modelo Fordista e do Estado de Bem-Estar Social, cenário que favoreceu o surgimento de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nos países capitalistas centrais. Esse contexto propiciou redução dos trabalhadores assalariados e o crescimento do número de trabalhadores socialmente desprotegido (FIGUEIRA, 2004, p.213).

[...] o termo informal passou a ser usado para exprimir atividades e práticas ilegais e ou ilícitas com relação a normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, a informalidade identifica-se com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda com economia submersa, sendo redefinida, portanto, por um critério jurídico e não mais econômico, como é o caso do primeiro conceito. (CACCIAMALI apud FIGUEIRA; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 214).

O terceiro conceito, segundo Figueira e outros (2004), representa todas as formas e organizações de trabalho não fordista:

Neste contexto há uma junção da ilegalidade e ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas. Neste caso, ela abarcaria tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sendo elas, legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas, (assalariado sem carteira assinada). (FIGUEIRA; DRUCK; AMARAL, 2004).

De acordo com Figueira e outros (2004), sobre os conceitos apresentados, podemos perceber definições distintas do âmbito e espaço da informalidade, ou seja, os conceitos agregam diferentes grupos e categorias de trabalho, o que implica em resultados quantitativa e qualitativamente distintos.

A partir do que foi apresentado sobre a informalidade, é importante provocar uma discussão sobre a concepção do trabalho informal. Existe em nossa sociedade a ideia de ilegalidade e marginalidade sobre o trabalho informal, o que faz com que essa categoria, tenha pouca aceitação e reconhecimento social.

O termo informal, segundo autores como Noronha e outros citados por Sato (2011), denota caracterizações desqualificadoras do trabalho, atribuindo a essa forma de trabalho, conotação de atividade ilegal, fraudulenta, que não possui regras. É importante ressaltar que a ilegalidade, a fraude, a falta de organização, regras e a precarização, não estão restritas ao

trabalho informal, o trabalho formal pode igualmente apresentar tais características. Se considerarmos que tais características podem estar presentes em diferentes formas de trabalho, a sistematização sobre o que confere ao trabalho informal tais características, se torna imprescindível.

4 O TRABALHO DOS LAVADORES E GUARDADORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

O nome oficial da profissão é Lavador de veículos automotores. A profissão de Lavador de veículos, “FLANELINHA” é reconhecida desde 23 de setembro de 1975, criada em âmbito nacional pela Lei Federal nº 6.242/1975, sendo regulamentada pelo Decreto nº 79.797/1977 de 08 de junho de 1977. O decreto presidencial de 1977, que regulamenta a atividade, estabelece, porém, que o exercício da profissão "somente será permitido aos profissionais registrados na Delegacia Regional do Trabalho”, podendo estabelecer convênios com quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

De acordo com o artigo 3º, da Lei Federal nº 6.242 de 1975, a concessão do registro de Guardador e Lavador autônomo de veículos automotores, depende da apresentação dos seguintes documentos: Atestado de bons antecedentes, fornecido pelas autoridades competentes; Prova de identidade; Certidão Negativa dos cartórios criminais do seu domicílio; Prova de estar em dia com suas obrigações eleitorais; Prova de quitação com o serviço militar, quando a ele obrigado.

É importante ressaltar que o termo autônomo usado para caracterizar a categoria, se restringe a identificar a relação de trabalho não registrado, pois como discutido anteriormente, a categoria mesmo estando no rol de trabalhos informais está subordinada a um conjunto de normas e regras que condicionam a atuação do profissional, ou seja não há liberdade para determinar as próprias normas de conduta, a liberdade é restrita e condicionada ao que a instituição regulamentadora dessa categoria determina.

Quanto a apresentação do atestado de bons antecedentes, para a atuação do trabalhador, apresenta-se aqui não somente uma forma de segregação, mas também um movimento contrário a reinserção social.

Em Belo Horizonte, a Lei Municipal nº6.482 de 29 de dezembro de 1993, dispõe sobre o cadastramento de lavadores de carro, que trabalham nas vias públicas e define celebração de convênio do Executivo com a Delegacia Regional do Trabalho, para controle e fiscalização da profissão do lavador de veículos automotores. Define também, como condição de licencia-

mento, um levantamento socioeconômico, a ser realizado pela área de serviços sociais da prefeitura (FRENTE LAVADORES DE CARRO, 2014).

Com a Lei Municipal n.º 6.482 de dezembro de 1993 e o Decreto Municipal n.º 7.809 de 22 de fevereiro de 1994, a atividade de Lavador de carros foi regulamentada em Belo Horizonte. Foram estabelecidas diretrizes para o licenciamento dos lavadores de veículos automotores, sendo a Secretaria Municipal de Atividades Urbanas em parceria com as Administrações Regionais, órgãos responsáveis pela realização de licenciamento e fiscalização previstos na legislação (FRENTE LAVADORES DE CARRO, 2014).

Temos, em Belo Horizonte, o Programa Lavadores e Guardadores de carro, este programa é um projeto social criado pela Regional Centro Sul, que tem como objetivo promover a organização desta categoria, garantindo condições dignas de trabalho à categoria que atua em vias públicas da região Centro-Sul, de acordo com a legislação vigente (Projeto Lavador e Guardador de carros, 2016).

A metodologia utilizada pelo Programa consiste em atividades como o credenciamento e uniformização dos trabalhadores; Atendimento individual ao Lavador de carros; Reuniões periódicas com grupos de Lavadores de carros; Seminários e encontros de capacitação e reciclagem, Sindicâncias, que consistem na verificação dos espaços públicos (quarteirão) em que será permitida ou não a lavagem de veículos automotores pelos profissionais; Fiscalização, para verificação da atuação dos profissionais registrados.

Com o credenciamento e uniformização dos Lavadores e Guardadores de carros, a Prefeitura de Belo Horizonte busca fazer uma distinção entre o Lavador/Guardador de carros que trabalha devidamente credenciado, respeitando as normas de atuação, daqueles que se utilizam da função para praticar atos ilícitos. (Projeto Lavador e Guardador de Carros 2016).

A organização da categoria tem como objetivo facilitar o exercício da atividade nas ruas da cidade de forma que usuários, trabalhadores e a população em geral tenham mais segurança ao utilizar a via pública e, principalmente, tenham uma referência onde possam reclamar, discutir e propor melhorias dos serviços prestados (Projeto de Regulamentação dos Lavadores e Guardadores de carros, 2016).

É pertinente ressaltar a diferenciação entre lavadores de carros, guardadores de carros e flanelinhas. Os lavadores de carros são trabalhadores credenciados a partir da obtenção de uma licença junto à prefeitura, os guardadores de carro seriam voluntários, não existindo quaisquer tipos de regulamentação voltados para esse público; Os flanelinhas, seriam as pessoas que atuam de forma irregular, sem licença exigida, sendo este último categorizado como atividade proibida, a partir de uma alteração no art.118, do Código de Condutas do Município

de Belo Horizonte (Lei 8616/03), ficando proibido o exercício de atividade por camelôs, toureiros e flanelinhas no logradouro público (FRENTE LAVADORES DE CARRO, 2014).

A atividade irregular dos flanelinhas, é presente no cotidiano urbano de Belo Horizonte, e a falta de regularização desta atividade pode afetar o profissional, pois o mesmo encontra-se destituído de seus direitos trabalhistas, em um contexto de precarização que o expõe aos riscos inerentes ao espaço público e à conotação de marginalidade e ilegalidade, muitas vezes atribuída pela sociedade aos trabalhadores que desempenham um trabalho não regulado pelo Estado (FRENTE LAVADORES DE CARRO, 2014).

Há divergências quanto à regularização do trabalho dos flanelinhas. As críticas se referem ao uso do espaço público, cabendo ao município e não aos indivíduos ou aos profissionais, delimitar vagas de carros. Há indagações quanto à manutenção de uma prática ilegal como atribuição oficial da atividade dos lavadores de carros (FRENTE LAVADORES DE CARRO, 2014).

O Trabalhador não regulado pelo Estado, especificamente o que desenvolve seu trabalho na rua, está exposto a todo tipo de violência, como o preconceito atribuído àqueles que buscam nesse tipo de trabalho, formas de se sustentar. O trabalhador, quando se encontra nessa posição de exposição, recebe atribuições da instituição que representa; no caso dos flanelinhas, pressupõe-se que essa atribuição represente a falta de implicação do Estado, no que se refere ao espaço público e aos trabalhos não regulados pelo Estado, nele desenvolvidos.

Considerando o que Sato (2011) nos apresenta sobre a atuação restrita da Psicologia frente às questões do trabalho, podemos inferir que o contexto contemporâneo evidencia uma necessidade de ampliação do campo de estudo sobre o trabalho, visando contemplar a multiplicidade de formas de trabalho e suas implicações na formação identitária dos sujeitos, assim como as possibilidades de vivências subjetivas no âmbito do trabalho, assunto que será apresentado na perspectiva teórica da Psicodinâmica do trabalho.

5 TRABALHO E IDENTIDADE À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO:

Considerando que a história do trabalho é anterior à Psicologia como ciência, construtos de várias áreas da ciência sobre o trabalho, foram apropriados pela Psicologia. A perspectiva de trabalho seguindo uma lógica de previsão e controle do comportamento, vem sofrendo mudanças significativas e a Psicologia do trabalho de ênfase clínica, mais precisamente a Psicodinâmica do trabalho, perspectiva escolhida para a análise da pesquisa, tem contribuído para tal. O trabalho nessa vertente não se restringe a lógica de valor econômico, considerando

que há mais no trabalho do que simplesmente a relação contratual e instituída do emprego. Essa vertente tem como foco de análise, os processos emancipatórios dos trabalhadores, buscando a transformação do trabalho, convocando o sujeito a refletir sobre suas práticas no âmbito do trabalho proporcionando a constituição do sujeito e de sua identidade. Tem como metodologia a pesquisa-ação como prática de intervenção, contribuindo para a conscientização dos processos relatados pelos sujeitos (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

A Psicodinâmica do trabalho surge a partir do desenvolvimento dos estudos em Psicopatologia do trabalho, “redirecionando seu objeto de estudo, abordando não apenas sofrimento, mas prazer no trabalho”, perspectiva que rompe com a ideia de trabalho como algo penoso, sem valor (DEJOURS, 2004, p. 33).

A linguagem em Psicodinâmica do trabalho é o meio pelo qual se torna possível compreender as experiências subjetivas do sujeito. É através dela que o sujeito expressa sua relação com o trabalho. Nesse sentido, “o espaço da escuta é proporcionado pela linguagem, promovendo o ensino do falar e escutar, propiciando oportunidades de repensar o trabalho em suas dimensões visíveis e invisíveis” (MENDES, 2012, p. 22).

O trabalho, para a Psicodinâmica do trabalho, não se reduz às relações hierárquicas e sociais que o enquadram nem ao assalariamento; “o que está prescrito não é suficiente, pois existe sempre uma discrepância entre o prescrito e a realidade concreta da situação”. Ainda segundo o autor aqui citado, o trabalho quando organizado de maneira estritamente prescrita, torna-se desumanizado, maquinal (DEJOURS, 2004, p. 65)

A compreensão do trabalho, para a Psicodinâmica do trabalho, perpassa pela relação entre prescrito e real:

Trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real. Ora, o que é preciso fazer para preencher esta lacuna não tem como ser previsto antecipadamente. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha. Assim, para o clínico, o trabalho se define como sendo aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para poder atingir os objetivos que lhe são designados; ou ainda aquilo que ele deve acrescentar de si mesmo para enfrentar o que não funciona quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições. (DEJOURS, 2004, p.29).

A partir do que foi exposto, podemos inferir que o trabalho é caracterizado pela implicação, pela ação do sujeito sobre o mesmo.

A Psicodinâmica do trabalho procura compreender a influência que a organização do trabalho e a qualidade das relações que ela propicia, pode ter em todas as esferas da vida do trabalhador, ou seja, nas vivências subjetivas, como o processo saúde-adoecimento, na gera-

ção do sofrimento psíquico, nos mecanismos de defesa e de mediação do sofrimento, bem como para intervenção em situações de trabalho que possam acarretar diversas formas de sofrimento, como também para superação e transformação dessas organizações (DEJOURS, 2004).

É através das possíveis defesas que o trabalhador encontra para confrontar a realidade do seu trabalho, que o sujeito tem a possibilidade de resignificar, construindo novas possibilidades para seu cotidiano de trabalho.

Se o sofrimento gerado pelo encontro entre trabalho prescrito e a dinâmica psíquica do sujeito não for devidamente compensado ou contido, ele pode evoluir para estados que comprometem seriamente sua saúde mental. Mas o trabalho também é fonte de prazer, na medida em que permite ao indivíduo atualizar sua capacidade criativa e sublimatória. Nesse caso, a angústia é transformada pela ação de trabalhar e pelo reconhecimento dos outros nos coletivos de trabalho. (DEJOURS apud BENDASSOLLI, 2011, p.80).

É a partir do real do trabalho, manifestado de forma afetiva, que o sujeito experiencia o sofrimento:

O real se revela ao sujeito pela sua resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento, isto é, pelo fracasso da maestria. O mundo real resiste. Ele confronta o sujeito ao fracasso, de onde surge um sentimento de impotência, irritação, ou seja, de um modo afetivo. (DEJOURS, 2004, p.29).

Dejours (2004) apresenta como fator condicional para a transformação do sofrimento em prazer e o desenvolvimento da identidade, o olhar do outro e os mecanismos de reconhecimento decorrentes desse olhar. Segundo o autor, o reconhecimento passa pela reconstrução dos julgamentos, que são proferidos por atores específicos.

O julgamento de utilidade, proferido essencialmente pelo outro na linha vertical, ou seja, pelos superiores hierárquicos e os subordinados, eventualmente pelos clientes; e o julgamento de estética, proferido essencialmente na linha horizontal, pelos pares, pelos colegas, pelos membros da equipe, ou da comunidade. Os distintos julgamentos têm em comum uma particularidade, tratam do trabalho realizado, ou seja, sobre o fazer e não sobre a pessoa (DEJOURS, 2004, p.73).

Considerando o que Dejours (2004) nos traz sobre a importância do trabalho na construção da identidade do sujeito, segundo a Psicodinâmica do Trabalho, podemos inferir que a constituição da identidade é um processo de constante devir e é a partir do olhar do outro, proporcionado pelo convívio social, que nos constituímos, como sujeitos singulares. Nesse sentido, os espaços de trabalho são considerados, pela Psicodinâmica do trabalho, como privilegiadores das mesmas.

Ele aparece como o mediador central da construção, do desenvolvimento, da complementação da identidade e da constituição da vida psíquica. O trabalho permite o confronto entre o mundo externo e o mundo interno do trabalhador. O mundo objetivo com suas lógicas, seus desafios, suas regras e seus valores, entram em conflito com a singularidade de cada trabalhador; transforma-se em uma arena para o confronto entre as relações e as organizações do trabalho, de um lado, e o mundo interno e subjetivo do trabalhador de outro; torna-se gerador de sofrimento psíquico. (DEJOURS, 2004, p.32).

Os aspectos não somente objetivos, mas os subjetivos e a relação de interdependência e reciprocidade entre essas dimensões no contexto laboral, são apontados por Jacques (1995), como merecedores de análise, pois verifica-se uma demanda crescente da relação entre os processos saúde, doença e o cotidiano laboral. Nesse sentido Dejours (2004) apresenta o mundo do trabalho, como um espaço de ambivalências, onde o trabalho pode ser tanto gerador de sofrimento, como também de prazer.

O trabalho se configura como gerador de sofrimento, na medida em que confronta as pessoas com imposições externas, por outro lado, o trabalho é também oportunidade central de crescimento e de desenvolvimento psíquico do adulto. (DEJOURS, 2004, p.33).

Jacques, citado por Barros e Nogueira (2007), afirma que o trabalho se constitui em atividade principal no processo de construção identitária, o que torna a articulação identidade e trabalho indispensável. Os papéis sociais, atribuídos aos sujeitos, representam um lugar de grande influência na construção da identidade. A constituição da identidade do trabalhador é concebida por Jacques (1995), como algo precoce que tem início com as identificações com modelos adultos e a inserção no mercado de trabalho.

O estudo da relação interdependente do trabalho desenvolvido pelo sujeito, suas relações sociais e a influência desses aspectos na constituição da identidade, instiga o aprofundamento no olhar sobre os indivíduos que estão inseridos em contextos de precarização social e do trabalho, bem como características identificatórias próprias de uma determinada categoria de trabalho.

Os diferentes espaços de trabalho oferecidos vão se constituir em oportunidades diferenciadas para a aquisição de atributos qualificativos da identidade de trabalhador. O exercício de determinadas atividades e o convívio com determinadas relações sociais, constituem “modos de ser” que qualificam os pares como iguais (mesmo facultando diferenças individuais) e se expressam em comportamentos similares, modos de vestir, de falar, lugares frequentados, etc. (LOPES apud JACQUES, 1995, p.24).

Outra questão passível de discussão, é a valorização do trabalho, na Pós Modernidade e a estigmatização de outras, o que suscita questionamentos sobre as atribuições sociais dos

sujeitos que estão excluídos do mercado de trabalho, à margem de uma posição social que é valorizada socialmente.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Utilizamos na pesquisa, metodologia qualitativa, sendo realizadas aproximação espontânea do pesquisador afim de apresentar o objetivo da pesquisa e informa-los quanto a confidencialidade e sigilo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas com três profissionais, sendo dois lavadores e um guardador de carros das regiões Centro Sul e Pampulha em Belo Horizonte. Utilizou-se ainda a aplicação de um questionário que foi enviado via correio eletrônico. As entrevistas foram transcritas e submetidas a discussão de resultados, bem como questionário aplicado ao coordenador do Programa dos lavadores e Guardadores de veículos automotores (PLGVA). Foram levantadas categorias e subcategorias de análise, que foram organizadas em 7 categorias iniciais reagrupadas em 3 categorias finais a serem analisadas. Utilizamos na pesquisa, nomes fictícios, para resguardar a identidade dos entrevistados.

5.1 O trabalho como fator central na formação do sujeito

Segundo relatos dos trabalhadores, podemos verificar que o trabalho representa tanto um meio de sobrevivência, quanto um espaço que possibilita extrapolar o sentido de sobrevivência, permitindo, assim, que o trabalho seja fonte de realização, de prazer e de liberdade de consumo de sua própria obra (BENDASSOLLI, 2009). Percebe-se também que mesmo em contextos de trabalho precário, desprovidos de reconhecimento social, é possível obter prazer, pois os trabalhadores se utilizam de mecanismos de defesa para confrontar o real do trabalho e transformar sofrimento em prazer.

[...]o trabalho é muito importante na minha vida, eu tenho duas filhas para criar, então preciso me virar. (Mario).

Eu faço porque gosto, gosto de lavar carro, gosto de mexer com público, gosto, não é só necessidade não, é por prazer também. (Pedro).

Segundo dados apresentados pelo PLGVA, o perfil dos trabalhadores é em sua grande maioria de pessoas que já tiveram experiência em outras áreas, e encontram-se desempregadas, em torno de 50% não possuem o ensino fundamental completo, 40% não possuem o ensino médio completo, 5% são semianalfabetos e 5% são analfabetos. Nos relatos, podemos

verificar os fatores pobreza e baixa escolaridade mencionados por Druck e outros (2010), associados à intensificação da dominação. Outro fato verificado é a precarização que, segundo Harvey citado por Druck e outros (2010), está para incluídos e excluídos, o poder de barganha dos trabalhadores que, segundo o autor, tem se diluído, se mostra presente no contexto laboral pesquisado.

Eu fiquei desempregado, antes de vir para cá eu trabalhava num restaurante. (Marcos).

Sempre trabalhei aqui para completar renda, hoje estou no seguro desemprego. (Mário).

Eu, como já trabalhei fichado, aqui eu tenho muito mais valor, muito mais reconhecimento com o meu cliente, que trabalhando fixado com o patrão. O valor que eu cobro é negociado em comum acordo. (Pedro).

5.2 O trabalho como espaço de reconhecimento condicionado à conquista da confiança dos outros

Ah, confiança, acho que o ponto principal é a confiança... (Marcos).

Se não tiver confiança, eu não consigo trabalhar não. (Pedro).

A confiança aqui mencionada é da ordem das construções de acordos, não de uma ordem psicoafetiva, como Dejours (2004) aponta. “ Em contextos onde há falta de confiança, inserem-se a desconfiança e a suspeita, o que interfere diretamente na dinâmica do reconhecimento” (DEJOURS, 2004, p. 68).

Os lavadores de carro que muitas vezes eles falam na rua, é vagabundo, é os que não são credenciados, então eles têm uma visão dos guardadores de carro, muito generalizada, tem que procurar saber a fundo. (Pedro).

[...] já teve guarda que falou: Eu não gosto de flanelinha, se este carro não estivesse com você tudo bem, mas como está, estou autuando. Então, não tem muito o que conversar, ele é autoridade, como se fala, a gente é só guardador de carro. (Pedro).

Quando o reconhecimento do trabalho não existe, a desvalorização consequente atinge outros espaços da vida cotidiana dos trabalhadores, contaminando o tempo do não trabalho. Neste sentido, o trabalho deve ser entendido como um contínuo que se estende para além de seu espaço restrito e influencia outras esferas da vida (DEJOURS, 2004).

Eu fico chateado, sabe porque a gente que tem família fica chato, eu tenho uma filha de 14 anos, um de 17, um rapaz de 20, tem os parentes, e às vezes eles falam, oh, se ouviu o que eles falaram de você. A gente sente como se tivesse falando para gente

mesmo; no meu íntimo, eu sei que eu não sou isso, mas quando fala, todo mundo vê como se todos fossem assim. (Pedro).

6 ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS E A COLABORAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O uso do colete que identifica o trabalhador, a carteirinha e a habilitação do trabalhador, se configuram como uma ferramenta de estratégia para ganhar a confiança dos clientes e como meio de se identificarem como uma categoria de trabalho, um coletivo de trabalhadores. Outro fator importante de ser mencionado é o uso da palavra como estratégia para ganhar a confiança do cliente.

Verificaram-se, no cotidiano laboral, estratégias coletivas de enfrentamento. Os trabalhadores regularizados pela prefeitura, mesmo relatando que desempenham seu trabalho de forma individual, se unem para lutar pelo seu espaço de trabalho. Essas estratégias contam muitas vezes com a colaboração dos comerciantes locais, os clientes antigos, que denunciam a apropriação desses espaços por pessoas que não são cadastradas.

[...] o cliente que chega fica com medo, igual a mulher falou: Eu tenho medo de deixar meu carro na rua, aí eu mostro minha carteirinha, mostro que sou habilitado, mostro meu número fiscal, a mulher chegou até a anotar num papel e deixou a chave comigo, hoje ela é cliente minha, quer dizer, se eu não sou um cara que converso e explico para ela a situação, eu ia perder um cliente, porque a rádio fala as coisas generalizando. (Pedro).

7 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nos relatos dos trabalhadores, percebem-se os fatores que frequentemente desencadeiam conflitos e adoecimentos no âmbito do trabalho. Dentre esses fatores, podemos destacar o rigor da normatização, ou seja, o trabalho prescrito, a desvalorização do saber-fazer do trabalhador e as relações hierárquicas, bem como a competitividade acirrada tanto pela situação econômica como pela falta de atuação do Estado, gerando insegurança em relação ao espaço público e ao trabalho desenvolvido nele.

[...] outra coisa é a demarcação de vagas; a prefeitura manda, a BH Trans demarca as vagas do jeito que eles acharem melhor e nem conversam com a gente. Eu tinha 35 vagas, hoje tenho 14, porque a BH Trans marcou do jeito que quis, prejudicou todo mundo (Mario).

O tempo todo aqui é insegurança..., você não percebeu? Eles estão cercando a gente, tão achando que você é da prefeitura e eu sou X9, Olha, na praça estão usando drogas, é uma terra sem lei (Mario).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o cotidiano dos lavadores e guardadores de veículos automotores, a fim de compreender como suas condições de trabalho podem interferir positiva ou negativamente em suas construções identitárias.

A partir do desenvolvimento da pesquisa, podemos concluir que a construção da identidade dos trabalhadores, mesmo quando condicionados a uma mesma organização do trabalho, é orientada por uma ordem singular, daquilo que o difere do outro. Cada um vivencia o trabalho de uma maneira única, desenvolvendo dessa forma, estratégias particulares de mobilização para lidar com o confronto entre a esfera objetiva do trabalho e a subjetividade do trabalhador. O trabalho desenvolvido formal ou informalmente pode trazer conotações desqualificadoras aos trabalhadores, pois o sofrimento é inerente ao mundo do trabalho, sofrimento este proporcionado pelo choque entre trabalho real e prescrito e a falta de reconhecimento. Outro aspecto importante quanto a conotações desqualificadoras dos trabalhadores informais, é a questão da precarização, apontada por Druck, Franco e Silva (2010), como presente tanto para os incluídos com também para os excluídos do contexto formal de trabalho.

Diante do que foi exposto, é notório que independente da forma como o trabalho se apresenta, formal ou informalmente, as construções identitárias surgem a partir da luta contra o adoecimento, da tentativa de registrar algo de si no cotidiano laboral, de criar estratégias que possibilitem um trabalho que extrapole o sentido da sobrevivência.

Outro aspecto que nos propusemos discutir se refere aos estigmas atribuídos ao lavador e guardador de veículos automotores. Fica evidente que há preconceito em relação aos trabalhadores, pois a falta de atuação do Estado possibilita que indivíduos desenvolvam essa função de forma ilegal, desrespeitando as regras, previstas na legislação e no código de condutas, o que confere à identidade do coletivo de trabalho uma conotação negativa, carregada de estigmas que como vimos ao longo da pesquisa, são oriundos das distintas perspectivas sobre o trabalho informal.

O trabalho se apresenta na contemporaneidade como dissociador, onde o homem representa um instrumento de trabalho, uma ferramenta que está a serviço da produção, alienado de sua própria criação. Verificou-se que a crescente precarização do trabalho e das relações sociais, os avanços tecnológicos, que exigem qualificação constante, o desemprego de longa duração, são fatores dentre outros, que têm contribuído para a emergência do trabalho informal. No cotidiano dos trabalhadores, percebe-se uma busca constante de reconhecimento, um

movimento contínuo de mobilização na busca de um sentido que não se restringe ao material, mas que possibilite a realização de si mesmo.

Com o desenvolvimento da pesquisa, algumas questões foram possíveis de serem respondidas, mas a discussão não se esgota. Questões como a falta de implicação do Estado no que se refere à segurança pública e à inércia do mesmo em relação à organização do trabalho vigente em nossa sociedade, são passíveis de discussão. Outro aspecto possível de ser discutido sobre a temática desenvolvida, se refere à atuação do gênero feminino na categoria de trabalho pesquisada. Verifica-se um percentual mínimo de mulheres do total de trabalhadores, o que levanta questionamentos quanto às possibilidades de inserção do gênero em distintos espaços de trabalho. Como vimos, são vários os aspectos que perpassam a temática e que são importantes de serem discutidos.

Fica clara a necessidade de mudanças políticas, adequadas ao trabalhador, objetivando a garantia de direitos daqueles que estão abaixo do linear de visibilidade social, evitando, assim, um cenário de exploração de trabalho (SATO, 2011), bem como reformulações da legislação trabalhista, objetivando uma organização do trabalho compatível com as condições biológicas do ser humano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Manoela Falcão do; DRUCK, Graça; FIGUEIRAS, Luiz A M. O Conceito de Informalidade. Um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, p. 211-229. Maio/agosto, 2004.

BARROS, Vanessa Andrade de; NOGUEIRA, Maria Luiza. Identidade e trabalho: Reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. **Revista Educação e Tecnologia**, v.12, p. 10-12. 2007.

BENDASSOLLI, Pedro F. **Críticas às apropriações psicológicas do trabalho**. Psicologia e Sociedade. p.75-84. 2011.

BENDASSOLLI, Pedro F. **Trabalho e Identidade em tempos sombrios: Insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. São Paulo, 2007.

BENDASSOLLI, Pedro F; SOBOLL, Andrea Lis. Introdução as clínicas do trabalho: Aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: **Clínicas do trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, p.03-18, 2011.

BRASIL, Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975. Dispõe sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://ww.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6242-23-setembro-1975-357640-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12març. 2016.

- CATTANI, Antônio David. Trabalho e Identidade, **Trabalho e tecnologia**. Dicionário Crítico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 162-164.
- DEJOURS, Christophe. **Da Psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2004.
- DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. **Educação, um tesouro a descobrir**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: Unesco,2000.
- DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**. Especial ed., v.14, n3, set/dez 2004.
- FRENTE LAVADORES DE CARRO. **Projeto**. Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha, Prefeitura de Belo Horizonte.2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Mercado de Trabalho Conjuntural. Divulgação Mensal - Março de 2016. Rio de Janeiro: 29 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 02 mai. 2016.
- JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade e Trabalho: Uma articulação indispensável. In: **Trabalho, organizações e cultura**. 1996, p.21-26, São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados.
- MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Preconceitos, invisibilidades e manutenção das hierarquias sociais. In: **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2008. Cap.4. pp.67-82. São Paulo: Cortez.
- MENDES, Ana Magnólia. Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: MAGNÓLIA, Ana et al. (Org.). **Trabalho e Saúde. O sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba, ed: Juruá, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento**. Epistemologia e métodos. (Org.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 20º ed, 2002.
- PICCININI, Valmíria; TOLFO, Suzana da Rosa. Sentidos e Significados do trabalho: Explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**, 2007.
- RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. FAETEC/IST Paracambi 2007.
- SATO, Leny. Psicologia e Trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wenda (Orgs.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de Abrapso**, 1. ed, 2011.
- SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 20ª ed, 2002.
- SILVA, Edith Seligmann; DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira Saúde Ocupacional**. São Paulo, v.35, n 122, p.229-248, out. 2010.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego:** Uma perspectiva histórica. ICPG. Associação Educacional Leonardo da Vinci; Curso de Especialização, 2002.